



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Cátedra UNESCO
O Património Cultural dos Oceanos
Portugal



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA

[11]

OCEANICA

FICHA TÉCNICA

Oceanica – Newsletter da Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”, n. 11 (julho, 2019)

Coordenação editorial
Luís Sousa Martins (IELT)

Equipa de edição
Anabela Gonçalves (IELT)
Carla Veloso (CHAM)
Carolina Vilardouro (IELT)
Diana Barbosa (IHC)
Luís Sousa Martins (IELT)
Ricardo Naito (IEM)

Design e edição fotográfica
Carla Veloso (CHAM)
Ricardo Naito (IEM)

Fotografia da capa
“Flying-fish pursued by dolphins”,
The Sea and its Wonders, 1871.

Email para o envio de informações, notícias e sugestões de divulgação
oceanheritage.news@fchsh.unl.pt

Website da Cátedra UNESCO
“O Património Cultural dos Oceanos”
www.cham.fchsh.unl.pt/ext/catedra

ESTUDAR O MAR. EMERGÊNCIA E AFIRMAÇÃO DA OCEANOGRAFIA EM PORTUGAL

A Oceanografia afirmou-se no seio da “política científica nacional” nos finais dos anos 60 do século XX, como uma estratégia para estimular o crescimento científico e até económico português, posicionando o País, pelo prestígio e efetivo fomento técnico-científico numa área que se entendia inerente à própria vocação nacional, reforçada e legitimada à luz da própria vocação histórica e marítima da nação portuguesa.

A Oceanografia, enquanto área interdisciplinar, apontando no sentido de uma formulação científica da “política do Mar”, tem uma tradição vincada em Portugal, cruzando-se com a história da cartografia e da meteorologia, com as questões da segurança na navegação e com a necessidade de conhecer os fundos marinhos, e beneficiando do carisma e amorismo científico de vários homens – muitos militares com carreiras técnico-científicas, como ilustra, entre muitos outros, o caso de Afonso Chaves.

O enquadramento institucional da investigação científica no domínio da biologia marítima e o estímulo ao seu desenvolvimento surgiu com a constituição do Aquário Vasco da Gama, em 1898, inaugurado por ocasião do quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia. O Aquário era criado com fins de “utilidade pública”, colhendo, alguns anos mais tarde, especial apoio da Sociedade de Ciências Naturais, que tinha por Presidente Honorário o Rei D. Carlos. A vocação do Aquário Vasco da Gama, orientado para fins de “recreio” e para a instrução popular não visava diretamente a investigação científica, afirmando-se a necessidade de uma Estação de Biologia Marítima que veio a ser criada em 1915, sob a tutela da Direção Geral da Marinha, mas sob a direção técnica e científica da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais; já em 1919, formalizou-se a transformação do Aquário Vasco da Gama numa estação de biologia marítima.

A seguir à II Guerra Mundial, em contexto de debate e afirmação do papel da ciência e da investigação científica em Portugal, a EBM foi separada do Aquário Vasco da Gama passando a designar-se Instituto de Biologia Marítima, na dependência direta do Diretor-Geral de Marinha e sob a presidência de Alfredo Magalhães Ramalho, cujo trabalho científico de fundo ficaria essencialmente vocacionado para a questão das pescas. Em 1956 seria criado o Centro de Estudos de Oceanografia Biológica, integrado no Laboratório Marítimo da Guia da Faculdade de Ciências de Lisboa, com o propósito fundamental de formar investigadores especializados.

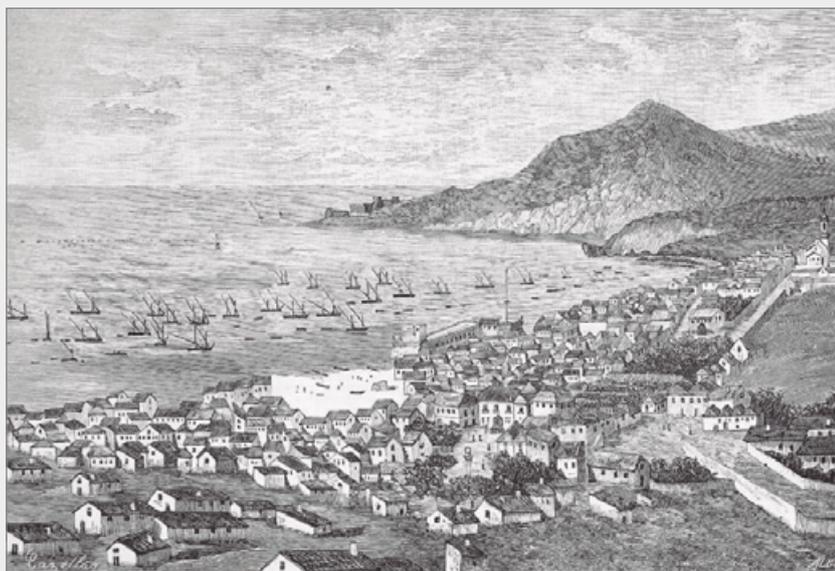
Anos mais tarde, a Oceanografia surgiria identificada como uma opção estratégica no quadro da missão de coordenação da política científica nacional da Junta Nacio-

nal de Investigação Científica (atual FCT), criada em 1967. A coordenação do “fomento marítimo e investigação do Mar” continuaria, porém, sob a esfera tutelar da Marinha. Só em 1979 a JNICT lograria criar uma Comissão Permanente de Oceanologia.

Entretanto, também já depois do 25 de Abril e da institucionalização de um regime democrático em Portugal, foi criada, em 1974, a Direção Geral de Investigação e Proteção dos Recursos Vivos e do Ambiente Aquático sucedendo-lhe em 1977 o Instituto Nacional de Investigação das Pescas, em 1992 o Instituto Português de Investigação Marinha (IPIMAR) e em 1997, o Instituto de Investigação das Pescas e do Mar, que manteve a mesma sigla IPIMAR. Em 2002, o IPIMAR sofreu uma primeira fusão com o INIA, dando origem ao Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas (INIAP); em 2007, ao IPIMAR e INIA juntou-se o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária para formar o atual Instituto Nacional dos Recursos Biológicos.

Maria Fernanda Rollo, IHC – Instituto de História Contemporânea, NOVA FCSH

Pode ler mais em: Maria Fernanda Rollo, Maria Inês Queiroz e Tiago Brandão, *O Mar como Ciência. Instituições e estratégias da investigação sobre o Mar em Portugal no século XX (da I República à Democracia)*, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 21, n. 3, Jul-Set 2014, impressa (ISSN 0104-5970) e eletrónica (ISSN 1678-4758).



▲ “Cezimbra (desenho do natural por Cazellas)”.

O MAR NA LITERATURA

Sesimbra

Sesimbra encontra-se referida n’*Os Lusíadas*, numa curtíssima frase, a propósito das conquistas do rei Afonso Henriques, por volta de 1165 – “sojugada foi Palmela / E a piscosa Sesimbra”. Parece pouco mas, para os sesimbrenses, representa muito: é a sua participação no poema épico essencial à identidade Portuguesa, é a inscrição da sua terra no processo de fundação do País, é ainda o reconhecimento da sua natureza e riqueza piscatória. Um aspecto que não costuma ser referido é o da invenção camoniana do adjetivo piscosa, que toca tão fundo nos sesimbrenses, que estes o fizeram equivaler ao nome da terra: dizer Sesimbra, ou dizer “A Piscosa”, é a mesma coisa.

Igualmente apreciado pelos sesimbrenses é o texto sobre a vila piscatória que Raul Brandão incluiu na sua obra *Os Pescadores*, de 1923. Referindo-se ao pescador de Sesimbra, escreveu: “Este homem é de instinto comunista. Se um adoecer, os outros ganham-lhe o pão: recebe o seu quinhão inteiro. Se morre, sustentam-lhe a viúva e os filhos, entregando-lhe o ganho que ele tinha em vida. Dão ao hospital e ao asilo uma parte do pescado. Toda a gente tem direito a ir ao mar – toda a gente tem direito à vida. Vai quem aparece, desde que seja marítimo”. O que Raul Brandão testemunhou foi um atavismo social, a sobrevivência dum sistema de assistência social mantido durante séculos pela sua Corporação Marítima, e que permaneceu mesmo depois de introduzido o contemporâneo sistema da Segurança Social. Ainda hoje, alguns barcos (leia-se, algumas companhias) oferecem parte do seu rendimento à Misericórdia e ao Grupo Desportivo de Sesimbra.

O texto literário mais extenso que toma Sesimbra como protagonista é o romance *Trapo Azul* (1948), de Romeu Correia, em que os capítulos iniciais – mais de uma quinta parte do livro – são passados na vila. É um livro quase autobiográfico, escrito do ponto de vista da mulher do escritor, Almerinda Correia, natural de Sesimbra. Aqui, a visão do pescador está imbuída de grande pessimismo, já que se trata de uma profissão “de ruim labuta e pior ganho”. A morte no mar, por vezes à vista dos da terra, é um dos dramas que Romeu Correia descreve. Porém, do ponto de vista da protagonista, o pior nem será isso, mas sim que, para as jovens mulheres de Sesimbra: “Casar com pescador é amarrar corda ao pescoço, é viver eternamente com a borda debaixo de água. E bem poucas têm o condão de fugir a tal sina... Conseguir noivo no Comércio, nos Serviços Públicos ou nas casas de teres – é meter lança em África. Sobram os pescadores...”

OBJETOS E LUGARES COM MEMÓRIA

Canoa de casca de árvore

A *canoa de casca de árvore*, em língua local, *emakwa*, designada *ninthere*, é um artefacto que transporta conhecimentos, valores históricos e culturais seculares das comunidades. É uma embarcação típica, tradicional e usada nas comunidades pesqueiras. Provavelmente é um dos artefactos mais primitivos do género ainda em uso na pesca em águas marítimas e interiores em algumas partes de Moçambique, sendo movida através de vara, remo e vela.

Muito antes do século XV este tipo de embarcação já existia, segundo fontes orais (*Sabino Omar*, Angoche, 2013 e *anónimo*, Cancioneiro de Pesca, 2013), estando atualmente em vias de extinção. As últimas embarcações foram localizadas no distrito de Mossuril, na província de Nampula. De dimensões pequenas, tem um comprimento de 2,7 metros de comprimento, 0,9 metros de largura e 0,35 metros de altura. De acordo com fontes orais, o uso deste tipo de canoa era prática comum nos distritos de Moma e Angoche antes do período colonial. Preservá-la constitui um importante contributo do Museu das Pescas na educação patrimonial.

A construção de *canoa de casca de árvore* inicia-se com a extração da casca, a principal matéria prima para a construção da embarcação. A árvore a partir da qual é extraída a casca é designada, em *emakwa*, *othaco*. As técnicas tradicionais de manufatura são: perfuração, costura e amarração da casca, feitas de forma artística e perfeita, após o processo de aquecimento para a tornar maleável, por via de imersão, que dura um dia. Geralmente, o fabricante das canoas é também pescador. Aliás, vive da pesca e não da construção de embarcações, em virtude de muitos membros da comunidade saberem construí-las, não constituindo, por isso, atividade económica.



▲ Canoas de casca de árvore, Moçambique.

Larsen Vales e Cássimo Marojo
Museu das Pescas, Moçambique



▲ Caiçara. Brasil.

OBJETOS E LUGARES COM MEMÓRIA

A Caiçara

A pesca artesanal no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú/Manguaba, município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas – Nordeste do Brasil, é uma das principais atividades económicas da região. A caiçara é uma das artes utilizadas: aparelho de pesca fixo, feito de madeira de mangue-branco (*Laguncularia racemosa*), formado por cerca de 25 a 30 estacas fixas (mourões), que se dispõem em retângulo para se colocarem no meio galhos de mangue com folhas, que formam um abrigo. Faz-se a despesca 30 dias depois com um redote (rede de emalhar usada neste tipo de pesca e na despesca de currais). São colocados chumbos e bóias, um em cada malha da rede, possuindo a mesma 25 braças de comprimento e 3 a 4 braças de altura.

Gilmar Furtado
Instituto Federal de Alagoas/IFAL

A BALEIA SOB A LUPA

A baleia, o maior animal do nosso planeta, pode ser ‘figurativamente’ encolhida para tamanhos razoáveis para ser analisada pelos investigadores nas humanidades. Sob o ponto de vista da história e da história ambiental, da literatura e dos estudos artísticos, e até da filosofia, é possível dissecar a baleia sob nossa curiosidade. Ao longo do tempo, nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, a baleia era vista e utilizada como um valioso recurso económico – gordura e óleo, carne, ossos e dentes, âmbar e barbas – tudo podia e foi utilizado e comercializado. Mas este animal era mais do que o alvo de uma baleação dirigida, era também o símbolo da dualidade do mar aberto, dos medos e das possibilidades humanas refletivas tanto na superfície do mar como no oceano profundo. O grande monstro marinho, resultado dos encontros com inúmeros espécimes de megafauna oceânica, foi muitas das vezes representado simplesmente com a forma da baleia.

No CHAM, com colaboração de vários investigadores e jovens doutorandos, e ainda colegas de outras instituições, investigamos a baleia ao longo do tempo e com uma abordagem múltipla e plural. Os resultados de um esforço já de muitos anos são trabalhos de mestrado e de doutoramento, a publicação de vários artigos científicos e o estabelecimento de parcerias internacionais e redes de colaboração. Na linha de História Ambiental e o Mar do CHAM, perspetivamos continuar a olhar para a história da baleação e da relação histórica pessoas/baleias, como um eixo central dos nossos objetivos de investigação.

Consulte todas as informações em: www.cham.fcsch.unl.pt

Cristina Brito
CHAM – Centro de Humanidades,
NOVA FCSH

NOTÍCIAS E PROJETOS

AS COLÓNIAS DE PESCADORES/AS EM PERNAMBUCO

“Transversalidade de Género: O Acesso das mulheres a espaços de poder e decisão na pesca artesanal” consistiu numa proposta de pesquisa que resgatou a trajetória de acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão, na Presidência das Colónias de Pescadores/as em Pernambuco, na década inicial do século XXI. No Estado de Pernambuco, situado no nordeste do Brasil, a 1ª pescadora foi eleita presidente de Colónia de pesca em 1989. Constituiu a única liderança feminina desta categoria até 2007. A partir desta data o quadro de lideranças nas Colónias de Pescadores e Pescadoras tem sido modificado. Foram eleitas seis presidentes com o apoio do movimento social Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco. Destas seis mulheres, duas se candidataram a vereadora, uma delas foi eleita para o cargo nas últimas eleições municipais, em 2016, em São José da Coroa Grande. A pesquisa está fundamentada na epistemologia feminista e na literatura que envolve género, pesca e meio ambiente. A proposta metodológica de conhecimento situado contribuiu na elaboração de radionovelas, idealizadas a partir da conceção de trocas de saberes que envolvem a devolução dos dados de pesquisa à comunidade na forma de cartilhas, reuniões, palestras e cursos. A pesquisa possibilitou resgatar histórias de superação e visibilizou mudanças nas relações de poder e de trabalho nestas Colónias de Pescadores e Pescadoras. Foi disponibilizada uma página web com fotos e textos, elaborados pelo Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade – GPDES, validado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em conjunto com a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, criado em 2002 e que pode ser conferido em: <http://gpdeso.com>

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão,
Universidade Rural Federal de Pernambuco.



▲ Colónia de Pescadores e Pescadoras, Brasil.

PLASTICUS MARITIMUS, UMA ESPÉCIE INVASORA

Ana Pêgo criou em 2015 o nome *Plasticus maritimus* para uma espécie altamente resistente (uma garrafa de plástico, por exemplo, leva 450 anos a deteriorar-se) que está a espalhar-se pelos Oceanos a uma velocidade de mil toneladas em cada sessenta minutos. Desse dia em diante montou exposições

com plásticos recolhidos em praias, organizou oficinas para crianças, participou em debates com vista à tomada de consciência dos efeitos nefastos desta espécie no equilíbrio dos ecossistemas marinhos. Em 2018 publicou um livro ilustrado escrito a várias mãos, *Plasticus maritimus, uma espécie invasora*: Ana Pêgo e Isabel Minhós Martins traduziram as ideias e os sentimentos em palavras; Bernardo P. Carvalho representou-os em desenhos. Elaborado como um manual de informação e um roteiro (“guia de campo”), mostra como uma ida à praia é uma oportunidade para um exercício ético e científico: a recolha e “classificação” dos indivíduos desta espécie. A obra refere a importância de salvar os oceanos e dá sugestões de hábitos a implementar no dia a dia. Foi editado pela Planeta Tangerina em 2018.

MUSEU DAS PESCAS DE MOÇAMBIQUE

O Museu das Pescas, Moçambique, está a organizar um inventário em dez distritos na Província de Cabo Delgado, com assistência e coordenação científica do ARPAC-Instituto de investigação Sociocultural, entidade pública de carácter científico-cultural criada pelo decreto n. 26/93 de 16 de novembro, do Conselho de Ministros, com o objetivo de estudar, arquivar, conservar e divulgar o património cultural moçambicano. Neste trabalho, que se efetuará em duas fases de trinta dias cada uma, os técnicos aplicarão a Convenção 2003 da UNESCO sobre a Salvaguarda do Património Imaterial, como instrumento metodológico principal para o estudo e inventário de bens culturais inerentes à relação do Homem com o meio aquático.



▲ Museu das Pescas, Moçambique.

DUNES. SEA, SAND PEOPLE

“O Mar, as Areias e as Gentes. Uma História Ambiental das Dunas Costeiras” é um projeto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), que visa estudar as dunas enquanto paisagens híbridas, isto é, como património natural e cultural, resultado de uma longa interação com as populações que viviam junto ao litoral. As dunas, que antes eram temidas, inúteis e nefastas, são hoje valorizadas e protegidas. Como aconteceu isto e porquê? Uma equipa interdisciplinar, instalada no Centro de História da Universidade de Lisboa e coordenada por Joana Gaspar de Freitas, procura fazer uma história global das dunas, que possa contribuir para uma melhor adaptação aos desafios ambientais nas zonas costeiras.

Joana Gaspar de Freitas
PI do projeto DUNES / CHUL / IELT NOVA FCSH